

# Pacote é chamado de "natural"

CARLOS CHAGAS

As novas medidas econômicas serão tomadas por decreto do presidente da República e por resoluções do Conselho Interministerial de Preços e do Conselho Monetário Nacional, na próxima semana, não estando prevista a edição de decretos-leis, hipótese que apenas se abrirá caso o governo julgue imprescindível dotar-se de instrumentos cirúrgicos para impedir abusos e enquadurar possíveis cultores da desobediência civil. Por enquanto, a tendência é ver mobilizadas apenas as estruturas existentes, da Sunab ao Ministério Público, esse, aliás, posto de sobreaviso. Não haverá, nas medidas, um sentido de pacote, como de outras vezes. Elas vão ser adotadas a partir de segunda-feira, de uma forma que o ministro Dílson Funaro, da Fazenda, chama de natural.

Ontem, na parte da tarde, o presidente José Sarney falou com os ministros Dílson Funaro e João Sayad, bem como com o ministro Almir Pazzianotto e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, além dos auxiliares palacianos. Salvo mudança posterior, ficou acertado que os ministros da Fazenda e do Planejamento iriam para São Paulo, com seus principais assessores, passando o fim de semana na elaboração final dos atos necessários à reforma econômica, a serem tomados a partir de segunda-feira.

O presidente deverá passar hoje e amanhã no Palácio da Alvorada, quando receberá Saulo Ramos e ou-

troz assessores, ainda que não esteja afastada a possibilidade de fazer rápida viagem particular ao Rio Janeiro: sua esposa, a filha e o genro estão em Angra dos Reis e ele manifestou o desejo, se pudesse, de encontrá-los lá, ainda que por algumas horas.

As medidas em pauta, por enquanto, são o aumento do salário mínimo, para um patamar em torno dos Cr\$ 1.500,00, o realinhamento dos preços em torno dos 25%, e, talvez, o tabelamento dos juros. Não se mexerá no gatilho salarial e há resistências à decretação de um novo congelamento de preços, que o próprio ministro Funaro desaconselha. O governo acompanhará o processo de produção, comercialização e consumo de gêneros e produtos, mas não parece disposto a rigidez do tabelamento, dada a experiência anterior. Acredita que a sociedade, num sistema de livre empresa, encontrará seus próprios caminhos de convivência. A cesta básica será objeto de cuidados. Em paralelo, na área social, continuarão os entendimentos entre empresários e trabalhadores, devendo também ser decretada a autonomia sindical.

Uma reunião final entre Sarney e seus ministros está prevista para segunda-feira. Não era de pessimismo, ontem, o clima verificado no Palácio do Planalto. Assessores presidenciais de alto nível diziam não haver motivo para sinistrose. O governo vai agir depois de haver aferido as tendências e anseios gerais. Afinal, mesmo se aceitos os índices

mais altos, a inflação de fevereiro a fevereiro, isto é, pós-Plano Cruzado I, não chegará aos 80%. A perspectiva anterior era de chegar aos 600% ou mais. Há frustração, assim, relativamente à expectativa de inflação zero, mas as duas situações nem podem ser comparadas. Por outro lado, permanece o pleno emprego, jamais atingido nas últimas décadas, bem como o crescimento econômico.

Mesmo não tendo sido celebrado na madrugada de ontem o pacto formal entre empresários e trabalhadores — continua o raciocínio oficial —, os entendimentos são promissores e conduzem à criação de um clima favorável a posteriores negociações. Mesmo assim, as conversas serviram para que o governo pudesse aferir as posições dos diversos segmentos sociais. Conversou-se muito, também no âmbito de outros ministérios, com Funaro, Sayad e seus auxiliares desdobrando-se numa série de consultas. Por isso, as medidas que vierem a ser adotadas não representarão o exclusivo ponto de vista do governo, mas alguma coisa próxima do binômio necessidade-consenso.

A decisão de aumentar o salário mínimo está tomada, dizem os auxiliares palacianos, examinando-se apenas o quanto. Os ministros sentiram, por unanimidade, em seus diálogos, que os líderes do empresariado aceitam a medida, ainda que discutam números. Quem mais se insurge contra o aumento do salário mínimo são os governadores eleitos, embora não tornem pública a insurgência. Acontece que as economias estaduais estão indexadas, em grande parte. Os vencimentos dos funcionários são calculados de acordo com o salário mínimo, o que pode levar muitos orçamentos estaduais a situações caóticas. Os governadores eleitos, aliás, receberam relatórios reservados do governo federal, na semana passada, dando conta da conjuntura de cada Estado, nada promissora. Muito do déficit público é estadual, e os bancos estaduais estão em petição de miséria.

Essas considerações, ouvidas no Palácio do Planalto, ontem, demonstram uma espécie de inclinação do governo em dividir com os Estados os ônus e as responsabilidades pela crise atual, sendo que importante assessor presidencial não pouparia sequer o PMDB. Para ele, em julho do ano passado o governo teve a noção exata dos efeitos que o prolongado congelamento vinha causando na economia, mas os preços não foram liberados por insistência do PMDB,sequioso de não enfrentar problemas eleitorais com a medida. Por isso, saiu o cruzadinho, em agosto, com o empréstimo compulsório. Mais tarde, as autoridades econômicas insistiram, mas o pedido dos peemedebistas foi para que deixassem passar o dia da eleição. Adotado o Cruzado II, já com atraso, o quadro não se aclarou, tornando-se prementes, agora, outras medidas.

